

Política externa e transição democrática: o caso brasileiro de 1945

Mateus Muzulon, mestrando

Juliana Oliveira, doutoranda

Introdução

Este trabalho busca analisar a pouco explorada e complexa relação entre a política doméstica e a política externa no período que compreende a primeira transição democrática do Brasil, em 1945. Foi a primeira vez que o Brasil organizou eleições com ampla participação (Nicolau, 2012; Limongi, 2015), em um contexto internacional que mudava rapidamente após a Segunda Guerra, dada a ascensão dos Estados Unidos enquanto superpotência capitalista e líder regional americano.

A pergunta que norteia este artigo são duas:

- 1) qual papel pode ter tido a diplomacia na transição democrática;
- 2) quais as possíveis consequências de papel para a prática de política externa do Brasil em seu primeiro período democrático (1945-64).

A resposta em potencial para estas perguntas reside em explorar que a hipótese de que a diplomacia teve papel fundamental, visto que o mais importante ator diplomático desse período, Oswaldo Aranha, também era alinhado à política externa estadunidense e principal candidato à sucessão presidencial. E, mesmo com a prisão de Aranha, pelo governo Vargas, tirando-o da disputa, essa relação entre democracia e diplomacia continuou sendo fundamental para explicar as escolhas de política externa do Brasil.

Tanto a literatura, citada neste trabalho, do campo comparativista quanto a produção de Análise de Política Externa (APE) destacam a influência da política norte-americana sobre o Brasil, mesmo que por ângulos diferentes. A primeira busca compreender como as dinâmicas regionais podem explicar mudanças de regimes políticos, e o faz a partir de relações entre elites com interesses convergentes ou divergentes. Assim, partidos políticos, forças militares ou atores econômicos são colocados em centralidade para que seja debatido quais fatores mais pesam quando um país transiciona para a democracia ou se submete a uma ditadura.

Na continuidade da revisão de literatura, é essencial destacar o papel da política comparada e da Análise de Política Externa (APE) na compreensão da transição democrática de 1945 no Brasil. A literatura comparada enfoca as dinâmicas regionais e como elites políticas, militares e econômicas se organizam em momentos de transição de regimes, considerando fatores internos e externos. Autores como Souza (1990), Skidmore (1976) e

Fausto (1994, 1997) discutem amplamente as articulações que culminaram na deposição de Vargas, mas, diferentemente da visão tradicional que apresenta Vargas como o articulador da democracia, os novos estudos destacam que essa transição foi resultado de uma coalizão de elites que buscavam sua própria sobrevivência política (Oliveira; 2024).

No campo da APE, o foco é o comportamento do Brasil no cenário internacional, especialmente em relação à influência norte-americana. A transição democrática brasileira ocorreu num contexto de grande mudança global, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a ascensão dos Estados Unidos como superpotência. A diplomacia brasileira, liderada por Oswaldo Aranha, esteve fortemente alinhada aos interesses dos Aliados, e esse alinhamento teve implicações diretas nas escolhas de política externa e interna do Brasil, que precisou adaptar-se às pressões internacionais por maior abertura democrática.

Assim, a literatura contemporânea oferece uma visão mais ampla e complexa da transição democrática de 1945, envolvendo tanto os interesses políticos das elites brasileiras quanto as influências externas, especialmente dos Estados Unidos. A convergência desses fatores resultou não apenas no fim do regime autoritário de Vargas, mas também na configuração de uma nova ordem democrática, ainda que marcada por tensões internas e pelo papel ambíguo de Vargas e de seus aliados no processo (Skidmore, 1976).

A seguir, o texto se divide em duas seções, além desta introdução e posterior conclusão. A primeira faz uma análise da transição democrática brasileira de 1945, à luz de novas evidências e relações pouco exploradas que vem à tona com o material. Por fim, falaremos da política externa da transição para o novo regime e os seus efeitos sobre as práticas exteriores da nascente democracia brasileira.

1. Transição de regime e o papel da diplomacia

Nesta seção procuramos enfatizar que a transição democrática de 1945 no Brasil não foi um processo unificado e liderado por Getúlio Vargas, como sugere parte da historiografia tradicional. Pelo contrário, essa transição foi impulsionada por elites políticas que, ao perceberem a ameaça representada pelos planos continuístas de Vargas, se mobilizaram para garantir a alternância de poder por meio de eleições. Um ponto crucial nessa dinâmica foi a inserção do Brasil no contexto geopolítico do pós-Segunda Guerra Mundial, em que a diplomacia, liderada por figuras como Oswaldo Aranha, desempenhou um papel fundamental. Aranha, articulador da entrada do Brasil ao lado dos Aliados, não apenas se destacou no cenário internacional, mas também se posicionou como potencial sucessor de

Vargas, evidenciando como os movimentos diplomáticos e a política interna estavam interligados na formação do regime democrático emergente (Neto, 2013).

Conceitualização da democracia e o problema sucessório

A obra de Alvarez et al. (1996) oferece um modelo de democracia focado em três elementos fundamentais: incerteza ex ante (incerteza sobre quem ganhará as eleições), certeza ex post (a aceitação do resultado por todas as partes envolvidas) e repetição (o processo eleitoral contínuo). Este conceito é central para entender a transição democrática no Brasil em 1945, onde o cenário sucessório, e a falta de consenso entre elites políticas, abriu caminho para o surgimento de um regime democrático inesperado (Oliveira, 2024).

A interpretação de que a transição democrática de 1945 foi resultado do interesse político das elites e não de um projeto articulado por Getúlio Vargas é defendida no capítulo. Autores como Souza (1990), Skidmore (1976), e Fausto (1994, 1997), apresentam Vargas como um dos principais arquitetos dessa transição. No entanto, a obra refuta essa visão tradicional, argumentando que Vargas foi o grande perdedor nas articulações políticas que culminaram em sua deposição.

A análise proposta no capítulo destaca que a democracia em 1945 não foi um projeto deliberado de Vargas, mas o resultado de uma coalizão de elites políticas que se mobilizaram para garantir sua própria sobrevivência. Nesse sentido, a transição para a democracia é interpretada como um processo estratégico dessas elites. Autores como Benevides (1981) e Hippolito (2004) são referenciados para discutir a importância dessas articulações, que, ao contrário do que muitos sugerem, não foram lideradas por Vargas, mas por figuras políticas como Benedito Valadares e Agamenon Magalhães, que negociaram diretamente com a oposição (Souza, 1990).

Este texto argumenta que, ao contrário da visão tradicional, Getúlio Vargas foi, na verdade, derrotado nas articulações que precederam sua deposição. Os interventores de Minas Gerais e Pernambuco, Benedito Valadares e Agamenon Magalhães, desempenharam papéis-chave ao negociar as eleições de transição com a oposição. Segundo essa nova perspectiva, Vargas não moldou o sistema partidário em 1945, mas foi o alvo de manobras políticas de membros do seu próprio regime, os quais viram na democracia uma forma de resolver o problema sucessório, após a ameaça representada pelos planos continuístas de Vargas (Souza, 1990).

A revisão de literatura apresentada no capítulo também enfatiza que a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945, foi uma reação dos próprios insiders do Estado Novo, que

temiam a continuidade de seu regime. A análise de autores como Hilton (1983), Camargo (1996) e Moura (2011) complementa essa visão, destacando que a posição de Vargas foi enfraquecida pela aliança de interventores e militares que não viam outra alternativa além da realização de eleições competitivas para resolver o problema sucessório.

Os insiders, que tinham interesse na sucessão de Vargas, aliaram-se a setores da oposição para evitar os planos continuístas, o que resultou na deposição do ditador. Esse grupo de elites viu a democracia como uma estratégia viável para preservar sua influência política, o que contesta a tese de que Vargas teria controlado o processo de transição e construção da democracia em 1945 (Souza, 1990). O capítulo argumenta que, ao contrário da visão tradicional, Getúlio Vargas foi, na verdade, derrotado nas articulações que precederam sua deposição. Os interventores de Minas Gerais e Pernambuco, Benedito Valadares e Agamenon Magalhães, desempenharam papéis-chave ao negociar as eleições de transição com a oposição. Segundo essa nova perspectiva, Vargas não moldou o sistema partidário em 1945, mas foi o alvo de articulação contra ele por membros do seu próprio regime, os quais viram na democracia uma forma de resolver o problema sucessório, após a ameaça representada pelos planos continuístas de Vargas (Oliveira, 2024).

Essa nova interpretação sugere que, longe de ser o arquiteto da transição democrática, Getúlio Vargas foi enfraquecido por suas próprias tentativas de prolongar seu governo. As manobras para adiar a sucessão e consolidar sua permanência no poder — como a supressão do plebiscito em 1942 e os planos continuístas — acabaram unindo facções que, até então, eram divergentes. Os outsiders (oposição) e os insiders (próprios membros do regime) formaram uma coalizão estratégica para derrubar Vargas, percebendo que as eleições eram a melhor forma de garantir alternância no poder e a sobrevivência de suas carreiras políticas (Limongi, 2015).

Oswaldo Aranha: a queda

A importância de Oswaldo Aranha no problema sucessório de 1945 está diretamente ligada ao contexto da Segunda Guerra Mundial e ao papel que ele desempenhou como Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Durante esse período, Aranha se destacou por sua habilidade diplomática e por sua relação estreita com os Estados Unidos, especialmente com o presidente Franklin D. Roosevelt. Sua atuação foi fundamental para a entrada do Brasil ao lado dos Aliados no conflito, e ele rapidamente se tornou uma figura proeminente, tanto no cenário internacional quanto no doméstico, sendo considerado pelos norte-americanos como uma opção natural para suceder Getúlio Vargas.

Aranha foi um dos principais arquitetos da política externa brasileira pró-Aliados, consolidando a posição do Brasil como parceiro estratégico dos Estados Unidos. Essa aliança trouxe benefícios econômicos e militares para o Brasil, incluindo investimentos em infraestrutura e tecnologia bélica, além de fortalecer as Forças Armadas brasileiras. Dada sua proximidade com Washington e seu comprometimento com os princípios democráticos defendidos pelos Aliados, Aranha se posicionava como o sucessor mais alinhado aos interesses norte-americanos. Para os Estados Unidos, um Brasil democrático e estável, liderado por um aliado como Oswaldo Aranha, era crucial para garantir a segurança hemisférica no pós-guerra.

Contudo, a trajetória de Aranha como possível sucessor de Vargas foi abruptamente interrompida por uma série de fatores políticos internos. Em primeiro lugar, Vargas, apesar da pressão externa e do apoio diplomático a Aranha, estava cada vez mais inclinado a perpetuar-se no poder ou, ao menos, a controlar a sucessão com um candidato de sua confiança. Além disso, as elites militares e políticas brasileiras, especialmente aquelas alinhadas com setores mais conservadores, viam com desconfiança a figura de Aranha. A facção militar liderada por Eurico Gaspar Dutra, por exemplo, temia que a crescente influência de Aranha e sua ligação com os Estados Unidos comprometessem a autonomia militar e nacionalista que defendia.

A repressão a Aranha se intensificou em 1943, quando o governo de Vargas, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), começou a monitorar e restringir suas atividades políticas. A Sociedade dos Amigos da América, organização fundada por Aranha para promover a aproximação com os Estados Unidos, foi fechada, e o próprio Aranha foi preso e algemado por ordens de Dutra, que via nele uma ameaça política ao regime. Esses eventos minaram as chances de Aranha se consolidar como candidato à sucessão de Vargas.

Com a inviabilização de Aranha, o caminho foi aberto para que outra figura militar surgisse como candidato. Em fevereiro de 1945, a oposição, composta pelos "outsiders" do regime e apoiada por setores das Forças Armadas, lançou a candidatura de Eduardo Gomes, um brigadeiro da Força Aérea Brasileira. Eduardo Gomes simbolizava uma ruptura com o varguismo e, ao mesmo tempo, contava com o apoio dos setores militares que não queriam Aranha ou um civil alinhado aos Estados Unidos como presidente. Assim, a candidatura de Eduardo Gomes, lançada pela União Democrática Nacional (UDN), foi consolidada como a segunda opção viável para a transição democrática, representando uma alternativa ao continuísmo de Vargas e à crescente influência de Aranha (Neto, 2013).

A entrada de Eduardo Gomes na disputa presidencial foi um ponto de inflexão na política brasileira. Enquanto Aranha era visto como um diplomata capaz de fortalecer os laços com os Estados Unidos, Gomes representava a ala militar que defendia uma transição democrática mais alinhada aos interesses internos do Brasil, sem a interferência direta de potências estrangeiras. Com a candidatura de Gomes, a sucessão de Vargas tornou-se uma disputa real entre a continuidade do regime autoritário e a possibilidade de uma nova ordem democrática, ainda que com fortes influências militares (Skidmore, 1975)

Dessa forma, a trajetória de Oswaldo Aranha no problema sucessório de 1945 reflete tanto as tensões internas entre diferentes facções políticas e militares no Brasil quanto as pressões externas, principalmente dos Estados Unidos, por uma transição democrática. A retirada de Aranha do cenário sucessório e a entrada de Eduardo Gomes como candidato da oposição marcaram uma mudança significativa no processo de transição, evidenciando as complexas negociações e rivalidades que cercaram o fim do Estado Novo e o início do primeiro período democrático no Brasil.

2. As política externas da transição e da democracia brasileira

O período Vargas na literatura de análise de política externa (APE) do Brasil é retratado como uma estratégia de *equidistância pragmática* em relação aos Estados Unidos e a Alemanha, um reflexo das tensões do período anterior à Segunda Guerra Mundial (Moura, 1980; Pinheiro, 2001). Porém, uma análise e reflexão mais atentas mostram uma realidade mais complexa. Argumenta-se a seguir que o estudo de como se deram as dinâmicas de políticas domésticas dão outro tom a interpretação das escolhas de política exterior do Brasil. Além disso, o termo equidistância não se mostra apropriado dadas as alternativas que as elites brasileiras tinham.

Há ainda que se discutir a política externa da transição. Em geral, a literatura de APE não destaca a importância desses momentos. Mas o período de 1945-6, em que se deu a transição de regime, é crucial para que se compreenda as escolhas posteriores, uma vez que os atores de política externa também são atores fundamentais da mudança para a democracia e pela queda de Vargas. Os diferentes setores das Forças Armadas, bem como a atuação dos Estados Unidos na eleição que definiria a democracia brasileira, ainda não foram explorados por essa literatura.

Outro ponto é a política externa após a redemocratização. Em sua obra *Alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra* (1990), Gerson Moura coloca as relações entre Brasil e Estados Unidos no período de transição para a democracia e a política

externa do regime, logo após, como um jogo de soma negativa para as elites nacionais. A argumentação a respeito da transição de regime e o papel das elites, exposta na seção anterior, mostram como, na realidade, essa leitura se mostra equivocada. Com o subsídio da análise a respeito do regime democrático como mecanismo de sobrevivência política pretende-se dar outra interpretação às escolhas políticas de Dutra.

A política externa como instrumento ideológico

A leitura clássica da APE estabeleceu um forte, ainda incontestado argumento de que as escolhas de Vargas para a esfera exterior encontram justificativa na demanda por desenvolver o Brasil economicamente, em particular do ponto de vista industrial. Autores como Moura (1990) e Pinheiro (2001) trabalham com essa argumentação, especialmente no que tange à condução da política comercial e a necessidade de transferência tecnológica para a indústria do Brasil. É nesse escopo que o termo *equidistância pragmática* é cunhado por Moura, e também reproduzido por outros autores.

O conceito busca mostrar como a política comercial de Vargas era pendular entre Estados Unidos e Alemanha, estrategicamente jogando com o interesse de ambos países em ter como aliado o Brasil. Mas sua formulação é cega aos impactos políticos e ideológicos que a oposição entre o nazismo e a democracia suscitou dentro das elites brasileiras, que detinham um grande interesse que ocorresse uma rotatividade de poder.

Obviamente, a disputa ideológica também iria ocorrer implicar em escolhas econômicas, e diferentes grupos dentro do governo brasileiro iriam se alinhar de acordo com suas preferências. Entretanto, não se pode falar de uma equidistância na esfera política, dada a forte tradição política americanista que floresceu no Estado brasileiro na Proclamação da República. Os Estados Unidos já disputavam influência nacional, com a Inglaterra, antes da ascensão da ideologia nazista na Alemanha.

Oswaldo Aranha, argumenta exatamente isso em uma carta para Vargas, de 1943.

“A política do Brasil, como a própria política norte-americana, foi sempre de não intervenção na Europa. A verdade, porém é que esta guerra, como a anterior, veio demonstrar que sem intervenção nossa na Europa estará a América sempre à mercê das guerras mundiais, porque não há mais guerras exclusivamente europeias, como no século passado. A interdependência dos povos e dos continentes evidenciou a impossibilidade de ficar a América à margem dos acontecimentos europeus, e até mesmo dos asiáticos e africanos. Os Estados Unidos serão chamados à liderança da paz no mundo, como foram à da guerra, e o Brasil, conseqüente com seu passado e

consciente de seus interesses atuais e futuros, deve formar ao lado dos Estados Unidos. Querer afastar o Brasil da “guerra e da paz” ou mesmo deixar de estudar e trabalhar desde já pela posição que ao Brasil deve caber nesses acontecimentos seria erro de graves resultados.”

(Funag, 2017).

A influência de Aranha sobre a política externa e dentro do governo Vargas é imensa. Na época, além de embaixador do Brasil junto a Washington, também era o principal ator dentro da diplomacia brasileira. A ele se deve o aumento de poder dos diplomatas dentro do sistema político da República, consequência das reformas institucionais empreendidas, como a unificação do corpo diplomático e consular, além da institucionalização da carreira (Cheibub, 1889). Não se trata portanto de uma relação trivial. Para o maior articulador da política externa dentro do governo Vargas, o americanismo era a escolha mais acertada, como mostra texto de 1936, na qual Aranha compara as economias do Brasil e dos Estados Unidos.

Textos como esse mostram como a ideologia era definidora das escolhas políticas tanto quanto a realidade econômica ou a estratégia escolhida para gerar benefícios para o país. Não é como desconsiderar a esfera política das escolhas de política externa Vargas, que contava com disputas entre americanistas e tradicionalistas dentro de seu governo. O próprio Estado era palco da disputa, portanto esperar que houvesse uma racionalidade isenta de preferências e pressões ideológicas não traduz a realidade.

A transição para a democracia e o papel dos Estados Unidos

A transição para o regime democrático ocorreu de 1945 até fevereiro do ano seguinte, quando Dutra assumiu a presidência. Nesse intervalo, muitos eventos ocorreram, como a prisão de Oswaldo Aranha, o lançamento da candidatura do Brigadeiro em uma das bases aéreas norte-americanas no Brasil, além das tentativas de Vargas de controlar o processo de transição em curso no período.

Como já discutido anteriormente, a transição do regime autoritário do Estado Novo para a democracia ocorreu em virtude da necessidade de sobrevivência política das elites que viram na democracia uma saída para o autoritarismo de Vargas. Naquele contexto, havia uma cisão de cunho ideológico dentro das Forças Armadas, na qual a Aeronáutica era adepta de uma ideologia mais favorável ao americanismo, e o Exército por sua vez iria em direção ao tradicionalismo/nacionalismo dos regimes autoritários europeus.

Dada a importância estratégica da região e também a já existente penetração política no Brasil, os Estados Unidos buscaram influenciar o novo regime ao apoiar uma parte das elites que planejavam a queda de Vargas por meios democráticos. Nesse sentido, o apoio norte-americano que recebeu Oswaldo Aranha foi fundamental para transformá-lo em um potencial sucessor para Vargas. O apoio fica evidente com a fundação da Sociedade Amigos da América, da qual Aranha era vice-presidente, além do espaço dado para ele nas negociações que dariam então origem à Organização das Nações Unidas (ONU).

O diplomata era muito próximo de Washington. Na capital, como demonstra seu conjunto de textos e cartas, conseguiu a simpatia do governo americano para ser sucessor político de Vargas, que deteve uma posição mais dúbia em relação ao domínio dos norte-americanos. Com a queda de Vargas, a literatura construiu uma narrativa de política externa para a República que ignora o próprio processo de redemocratização. Como será discutido na próxima seção, há mais complexidades envolvidas no processo. A democracia brasileira se forma americanista em partes porque o americanismo está introjetado na República. Mais do que isso, estava introjetado também na própria redemocratização e em seus artífices, a despeito das orientações ideológicas dos atores envolvidos.

A política externa de Dutra em face do novo regime

Com frequência, a literatura de APE no Brasil se refere a política externa de Dutra como alinhada automaticamente, ou cegamente, aos Estados Unidos. Trata-se de uma análise com forte tom interpretativista, que não leva em consideração a conjuntura da época. Com a análise feita neste trabalho até o momento, é possível reposicionar essa leitura, dando mais complexidade aos eventos e processos.

Pinheiro (2001) argumenta que os rearranjos internacionais da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética explicam mais esse alinhamento do que a mudança de regime. Trata-se de uma interpretação errada e simplista. A análise das dinâmicas políticas dentro do regime do Estado Novo, que deram origem a democracia e que também refletiam as complexidades do cenário internacional, mostra como os eventos e o regime se configuraram de tal maneira que não era possível, dada a fragilidade política do momento, uma alternativa de posição que não fosse a busca pelo apoio norte-americano.

A gestão de Dutra se iniciou com muitas incertezas, gerando uma fragilidade política forte entre as elites brasileiras. Sendo os Estados Unidos o ator internacional com mais capilaridade dentre tais elites, ainda que não consensual como no caso do Exército, seu apoio

era indispensável para que a sucessão a Vargas fosse vitoriosa e, com isso, a garantia da sobrevivência política das elites que planejaram a sua queda.

Além disso, o prestígio alcançado pelo Itamaraty naquele momento, e a importância da condução da política externa diante de um mundo que ganhava cada vez mais instituições multilaterais, fortaleceram esse processo. É necessário lembrar que a reforma do Ministério é o novo status ao qual fora alçado se devia em grande parte a atuação inegavelmente americanista de Oswaldo Aranha. Sua influência no ministério era incontestada, fazendo com que o alinhamento aos Estados Unidos por parte do Brasil não fosse automático ou cego.

Pode-se reformular os termos dessa análise que traz à baila a concordância e coordenação com os Estados Unidos. Se tratava, na realidade, de um *alinhamento institucionalizado*, em termos de política externa, e uma questão de sobrevivência política para as elites do novo regime democrático. Sua natureza não era automática, acrítica, mas profundamente calcada na lógica dos processos políticos que se sucederam no período de redemocratização.

Conclusão

As perguntas da introdução deste trabalho superficialmente se respondem. É possível dizer que a diplomacia teve um papel crucial na formação da democracia no Brasil e no processo para que fosse alcançada. Mais do que isso, o próprio processo de democratização foi um artifício da política externa que viria a seguir. O desenvolvimento e as estratégias para alcançá-lo, como afirma a literatura tradicional, não são os únicos grandes atores da política externa de Vargas e de Dutra. O estudo do processo de redemocratização como um aparato de sobrevivência política de diversos atores mostra como a esfera política e ideológica dita ou justifica escolhas econômicas, que não podem ser vistas apenas do campo das perdas e dos ganhos materiais.

Gerson Moura coloca as relações entre Brasil e Estados Unidos no período de transição para a democracia e a política externa do regime, logo após, como um jogo de soma negativa para as elites nacionais. Estas de fato não viram atendidas as demandas por auxílio no desenvolvimento econômico, argumento do autor. Entretanto, quando levamos em conta o aspecto político, ou seja, o nascimento do regime democrático como uma solução para o problema sucessório, e o papel dos Estados Unidos nesta dinâmica, não é possível chegar a uma conclusão de que não houve benefícios para as elites brasileiras.

Mais do que isso, também não é possível partir do pressuposto do autor de que havia um alinhamento automático entre Dutra e os Estados Unidos. Por fazer parte de uma

complexa teia de atores que buscavam sobrevivência política, o resultado eleitoral de 1945 favorável a Dutra o colocou em uma posição de suposto protetor do regime. Entretanto, como parte da ala em favor do fascismo dentro das Forças Armadas, essa posição não era garantida e tampouco era dado que ele seria um aliado dos Estados Unidos. O que proporcionou o alinhamento foi o compromisso intra-elites dentro do Brasil para que houvesse sucessão, e o aceite por parte dos Estados Unidos de uma eleição que não deu a vitória ao seu candidato.

Isso reposiciona a interpretação da política externa do Brasil no período autoritário e no nascimento da democracia. São necessárias mais pesquisas para avançar na agenda, outros paradigmas devem ser colocados em xeque e leituras devem ser feitas e refeitas com as fontes materiais que estão disponíveis nos últimos anos. É necessário que a literatura de APE se aproxime da pesquisa empírica comparada, visto que os regimes políticos, as instituições e os atores que vêm sendo (re)descobertos neste campo tem muito a contribuir para novas leituras do que foi e é a política externa brasileira.

Referências

ALVAREZ, Mike et al. Classifying political regimes. *Studies in comparative international development*, v. 31, p. 3-36, 1996.

FAUSTO, Boris. *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Editora EDUSP, São Paulo, 1994.

FUNAG. *Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro*. Editora Funag, Brasília. 2017.

LIMONGI, Fernando. 2015. “Fazendo eleitores e eleições: mobilização política e democracia no Brasil Pós-Estado Novo” in *Dados*, v. 58, p. 371-400.

MOURA, Gerson. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra*. EDUSP, 1990.

NETO, L.. *Getúlio (1930-1945): do governo provisório à ditadura do Estado Novo*. Editora Companhia das Letras. (versão kindle). 2013.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2012

PINHEIRO, Letícia. *Política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. Editora Alfa-Omega. São Paulo, 1990.

OLIVEIRA, Juliana de Souza. *Nascimento, vida e morte da primeira experiência democrática brasileira: Terceira República (1946-1964)*